

**Ministério da Educação**

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7232 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.008821/2019-16

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para ministrar curso de capacitação em Certidão de Tempo de contribuição e Tempo de Serviço; e Averbação de Tempo de Serviço e de Tempo de Contribuição.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O curso oferecido pela CONTRATADA atende demanda pontual e urgente da CCGP, especificamente os pontos trabalhados na elaboração de Certidão de Tempo de contribuição e Tempo de Serviço; e Averbação de Tempo de Serviço e de Tempo de Contribuição, sendo a instituição de renome na área de instrução de servidores públicos, notadamente relacionados à gestão de pessoas. Não foi identificada instrução semelhante, quanto ao objeto especificado, em escolas de governo ou outras instituições públicas de instrução e capacitação.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. Dados da Instituição:

IOC CAPACITAÇÃO LTDA

CNPJ: 10.825.457/0001-99

Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64

Banco Bradesco AG: 3341-3

Conta Corrente: 9906-6

Endereço:

SCS Qd. 02 Bl. B Lote 20 Edf.

Palácio do Comércio Salas 208/408

CEP: 70.318-900 Brasília-DF

TELEFONES:

(61) 3224-0785

(61) 3223-8360

(61) 3032-9030

FAX:

(61) 3322-1815

(61) 3032-9033

Emails:

inscricao@onecursos.com.br/ionecursos@gmail.com

Endereço:

SCS Qd. 02 Bl. B Lote 20 Edf. Palácio do Comércio Salas 208/408 CEP: 70.318-900 Brasília-DF

Locais e Datas:

Brasília/DF - 25 a 26/04/2019

Local: Centro de Treinamento da One Cursos

Carga Horária: 16 horas - 8h30 às 12h e 13h30 às 18h

4. **INSTRUTOR(A)**

4.1. Vânia Prisca Dias - Ex assessora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Especialização em Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos para a Administração Pública - Universidade de Brasília (1992). Bacharel em Administração de Empresas – Universidade de Brasília (1978/1982) e acadêmica do curso de Direito na UniDF. Atuou como Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas, no período de 2004/2009. Integrou o Grupo de Trabalho da Casa Civil/Ministério do Planejamento relativo à consolidação, atualização e revisão da legislação federal afeta a área de recursos humanos. Leciona há mais de 15 anos sobre legislação de pessoal, incluindo a reforma previdenciária.

5. **PÚBLICO-ALVO**

5.1. Servidores Públicos Federais, e principalmente para aqueles que atuam nas áreas: Recursos Humanos, Administrativas, Jurídica, Auditoria Interna e Externa dos Órgãos de Controle e demais interessados no tema.

6. **PROGRAMA DO EVENTO**

6.1. De acordo com o Regime Previdenciário do Servidor Público, Portaria MPS nº 154/2008, IN INSS PRES 77/2015 e DECRETO 3.048/99.

6.2. Fundamento Legal: CF/88, Emendas Constitucionais 20/98, 41/2003, 47/2005, Lei nºs 8.112/90, 8.027/90, 9.784/99, Portaria 154/MPS e Jurisprudências do TCU e Tribunais Superiores.

6.3. **CERTIDÕES/AVERBAÇÕES:**

- Conceitos e regras de aposentadoria no Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público
- Procedimentos para emissão de certidões de tempo de contribuição - CTC
- Documento Oficial de comprovação de tempo de serviço e contribuição
- CTC expedida pelo Regime Geral da Previdência Social
- Requisitos da CTC na forma da contagem recíproca
- CTC em cargos legalmente acumuláveis
- Apuração das remunerações contributivas
- Remuneração contributiva considerada pela lei
- Tipos de Tempo a Considerar
- Em dobro: Licença Prêmio, Férias, áreas de fronteiras e em operações de guerra
- Tempos de Contribuição: Natureza pública e privada
- Tempo de efetivo exercício na carreira (como proceder quando o servidor não pertencer a nenhuma carreira);
- Tempo de efetivo exercício considerado pela lei;
- Tempo de serviços prestados sem vínculo;
- Tempo de residência médica;
- Tempo de aluno aprendiz (escolas técnicas, agrícolas, etc.);
- Tempo de escola militar;
- Tempo de estagiário;
- Tempo de advocacia gratuita;
- Conversão do tempo especial em comum;
- Como apurar o tempo especial (perfil profissiográfico);
- Do tempo de contratação temporária
- Das finalidades da apuração do tempo para fins: Adicional de tempo de serviço (anuênio/quinquênio); Disponibilidade; Aposentadoria; Incorporação de quintos (vpni) ou estabilidade econômica ou estabilidade

financeira como é conhecida em outros entes públicos; e Licença prêmio por assiduidade; Licença para capacitação.

- Dos procedimentos gerais disciplinados para averbação da certidão: A análise da certidão quanto à sua oficialidade; A natureza jurídica; Finalidades; Tempo averbado parcialmente; e A compatibilidade do tempo a averbar comparada com as informações funcionais do requerente.
- Do tempo comprovado mediante justificação judicial
- Do tempo comprovado mediante sentença judicial
- Do tempo em atividade rural
- Do tempo apurado em tiro de guerra
- Do tempo apurado em atividade gratuita da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
- Do tempo celetista anterior ao Regime Jurídico Único - RJU
- Das excepcionalidades de averbação dos servidores oriundos da Lei 1711/52 (antigo estatuto dos funcionários públicos federais)
- De tempo de serviço/contribuição
- Das unidades gestoras responsáveis pela expedição de certidões de tempo de contribuição/serviço/efetivo exercício;
- Dos elementos imprescindíveis para requerer a certidão;
- Dos elementos indispensáveis para formalização da certidão;
- Instituições competentes para expedição de certidões para fins de contagem recíproca;
- Das fontes de extrações de informações para fins de expedição da certidão;
- Do documento que comprova as remunerações contributivas;
- Da quantidade de vias da certidão a serem expedidas
- Dos procedimentos adotados para as vias de certidões expedidas
- Dos registros funcionais relativos às certidões averbadas
- Do número de registro de controle da certidão e suas finalidades
- Dos procedimentos de expedição de certidões de cargos acumuláveis
- Da emissão de certidão de tempo de contribuição nos casos de acumulação legal de cargos público e quantitativo de vias expedidas
- Dos procedimentos de controle de expedição de certidões.
- Dos procedimentos gerais disciplinados para a emissão de certidão de tempo de contribuição pelos regimes próprios de previdência social.
- Da vedação
- Da contagem do tempo de contribuição concomitante;
- Da emissão e averbação de certidão para período que já tiver sido utilizado para a concessão de aposentadoria, em qualquer regime de previdência social;
- Da averbação de contagem de tempo ficto;
- Da emissão de certidão de tempo de contribuição para período fictício;
- Da emissão de CTC com conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais em tempo de contribuição comum;
- Contagem Recíproca
- Emissão de 2ª via de certidão de Tempo de Contribuição
- Revisão de Tempo de Serviço/Contribuição
- Recolhimento tardiamente de Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social e para o Regime Próprio de Previdência social
- Renúncia aposentadoria
- Comprovação do Tempo de reservista
- EXERCÍCIO PRÁTICO SOBRE: Apuração do tempo de serviço ou de contribuição o Emissão de CTC; Averbação de CTC

7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 7.1. O cancelamento da inscrição por parte do treinando deverá ser realizada com 3 (três) dias úteis de antecedência da realização do evento, após este prazo deverá ser feita a substituição ou

solicitação de crédito no valor da inscrição. Digite aqui o texto...

7.2. Efetuar a inscrição com até 3 (três) dias de antecedência.

8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. Apresentar os procedimentos corretos para expedição e averbação de Certidão de Tempo de contribuição e Tempo de Serviço e critérios de apuração abordando questões polêmicas, principais mudanças, e demais questões levantadas pelos participantes. Garantir celeridade na atuação da instituição na Averbação de Tempo de Serviço e de Tempo de Contribuição, reduzindo o lapso temporal entre a petição e a concessão do benefício de aposentadoria, bem assim o julgamento final e consequente registro do ato pelos Tribunais de Contas.

8.2. Confirmar o evento com até 5 (cinco) dias de antecedência.

8.3. Obs.: A inscrição será confirmada somente após o envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização ou outra forma de pagamento. A One Cursos reserva-se o direito em adiar ou cancelar os eventos se houver insuficiência de quórum, bem como substituir palestrantes, em caso fortuito ou força maior

9. ESTIMATIVA DE PREÇO

Id	Bem/Serviço	Valor Estimado
1	Curso Prático de Averbação de Tempo de Serviço e de Contribuição na Administração Pública. Opções de Pagamento - Três participantes do mesmo órgão: R\$ 2.240,00, por pessoa.	R\$ 6.720,00

10. CONCLUSÃO

10.1. Diante do acima exposto, solicitamos avaliação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do MEC - CEFAF para a contratação de empresa para ministrar curso de capacitação em Certidão de Tempo de contribuição e Tempo de Serviço; e Averbação de Tempo de Serviço e de Tempo de Contribuição, para os servidores deste Ministério listados no documento SEI 1482504.

10.2. À consideração da Senhora Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas.

CLÁUDIO HENRIQUE BECHARA
Coordenador de Administração de Pessoal

De acordo. Encaminha-se conforme proposto.

CÁSSIA C. BORDINI CINTRA
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Bechara, Coordenador(a)**, em 05/04/2019, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1482582** e o código CRC **253AAEB0**.

1.

Referência: Processo nº 23000.008821/2019-16

SEI nº 1482582